

Crea-SP retoma atividades presenciais

P3

O centro de Itu de “cara nova”

P5

Rotatórias da Avenida Galileu Bicudo

P6



Jornal AEA-Itu

**Setembro
de 2020**



Jornal da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Itu | www.aeaitu.com.br

AEA-Itu realiza curso online sobre importância da ART

*Engenheiro Civil Marcos Húngaro
trouxe três horas de muita
informação P. 2*



Distrito Industrial: mudança no cenário urbano?

*Confira a avaliação de
Plínio Bernardi Junior,
secretário de Planejamento
de Itu P. 4*

AEA-ITU

AEA-Itu realiza curso online sobre importância da ART



No dia 31 de agosto, engenheiros de diferentes segmentos e estudantes encontram-se online para mais um curso promovido pela **AEA-Itu** com apoio do Crea-SP — *Contrato relacionado a projetos e obras: necessidade da Anotação de Responsabilidade Técnica*. Ministrado pelo engenheiro Marcos Húngaro, o evento trouxe três horas de muita informação sobre a importância da ART, bem como suas características, e, sobretudo, penalidades a que estão sujeitos profissionais do setor em caso de irregularidades.

“Com isso, a **AEA-Itu** segue seu objetivo de levar aos profissionais e estudantes informações relevantes que permitam a capacitação e aprimoramento”, observa Julio Ribeiro, presidente da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Itu.

Em virtude das limitações impostas pela pandemia de Covid-19, a **AEA-Itu** vem lançando mão dos eventos online para realização de cursos e palestras. “É uma adaptação importante, mas não podemos perder nosso foco enquanto entidade”, pontua Julio. ●

Abracopel doa livros para biblioteca da AEA-Itu

A Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Itu agradece a Abracopel (Associação Brasileira de Conscientização para os Perigos da Eletricidade) pela doação de livros para nossa biblioteca. É uma iniciativa de grande valor para consultas técnicas de nossos associados.

Lembrando que a biblioteca da **AEA-Itu** está acessível a todos aqueles que, uma vez sócios de nossa entidade, precisarem realizar consultas sobre temas variados. ●

AEA-ITU: Rua Arquiteto Márcio João de Arruda, nº 300,
Bairro Vila Leis, Itu - SP, CEP 13309-083

CREA-SP: (11) 4024-6456 • **AEA-Itu:** (11) 4024-5033

E-mail: aeaitu@uol.com.br • **Website:** www.aeaitu.com.br

Diretoria - Gestão 2018/2019

Presidente: Eng. Eletr. Julio Cesar Ribeiro

Vice Presidente: Arq. Natália Santos de Paula Leite Fairbanks

Primeiro Secretário: Arq. Maria Regina Araujo

Segundo Secretário: Eng. Civil Antonio de Pádua Bonaldo

Primeiro Tesoureiro: Eng. Civil Cláudio José Faga

Segundo Tesoureiro: Arq. Rodrigo Guitti Moraes

Diretor Sócio Cultural: Eng. Civil Sebastião Donizetti Rodrigues

Diretor de Fiscalização: Eng. Civil Antonio Luiz Gatti de Oliveira

Diretor da Área Civil: Eng. Civil Guilherme Galvão Fairbanks

Diretor da Área Industrial: Eng. Eletr. José Abrantes de Andrade

Diretor da Área Agrônômica: Eng. Agrônomo Luiz Carlos Mazini

Diretor da Área Esportiva: Arq. Thereza Christina Arruda Paula Leite

Diretor da Área Arquitetura: Arq. José Quirino de Arruda

Diretor Relações Públicas: Eng. Civil Gilmar Gilioti

Diretor de Patrimônio: Eng. Civil Eduardo Luiz Alves da Silva

Expediente

Conteúdo:

Parla! Assessoria em Comunicação & Jornalismo Empresarial

www.parlaassessoria.com.br



Publicação:

FoxTablet | Editora de publicações impressas e digitais

www.foxtablet.com.br



Jornalista Responsável: Paulo Stucchi [MTB 070.557]

Diagramação: Jean-Frédéric Pluvinage

Tiragem: 1.000 exemplares

Notícias

Crea-SP volta a focar questão do “sombreamento de atividades”



Coordenador adhoc da CLN, Eng. Quím. e Eng. Seg. Trab. Balmes Vega Garcia

A reunião da Comissão Permanente de Legislação e Normas (CLN), realizada no dia 9 de setembro, na sede do Crea-SP, foi palco de uma discussão pertinente e recorrente no meio da Engenharia: o “sombreamento de atividades”, isto é, a atribuição incorreta, intersecção indeterminada de uma determinada atividade a um profissional do setor.

Alguns dos principais setores da Engenharia que sofrem com esse sombreamento são Engenharia Ambiental / Florestal / Agrimensura, Engenharia Civil / Engenharia Elétrica, Arquitetura / Engenharia Civil, Técnicos Industriais de várias modalidades / engenheiros.

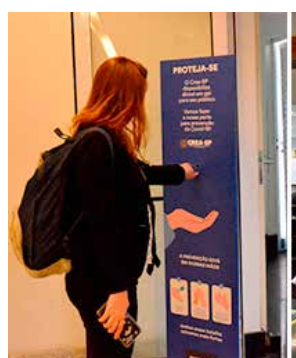
“Existem algumas resoluções que o Conselho Federal de Técnicos deseja atribuir aos técnicos, como, por exemplo, a responsabilidade sobre projetos em alguns níveis”, explica Julio Ribeiro, Presidente da AEA-Itu. “Isso cria várias intersecções de áreas, sobretudo com a Engenharia Civil e Elétrica.”

Na reunião, foi debatida a possibilidade de se criar um GT (Grupo de Trabalho) para o assunto. O sombreamento de atividades é um dos assuntos mais tratados pelo Crea-SP a partir de consultas de profissionais que se sentem prejudicados pelas dificuldades de definição e limitação de competências.

Outro assunto discutido no encontro foi o Edital de Chamamento Público publicado pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo em julho. Por solicitação do Crea-SP, houve uma retificação no Edital e, com isso, apenas engenheiros e arquitetos serão selecionados para serviços de avaliação de imóveis, que poderão ser utilizados pelo órgão público para a instalação de creches, escolas infantis e outras unidades educacionais. Segundo o coordenador adhoc da Comissão, Eng. Quím. e Eng. Seg. Trab. Balmes Vega Garcia, “a CLN está atuante nas questões do seu âmbito de atuação, sempre com o objetivo de aperfeiçoar os instrumentos de fiscalização disponíveis, como estamos fazendo tanto no caso do sombreamento como no caso do edital da Educação”.

“Há a necessidade de mais horas de estudo e capacitação de um profissional técnico para que ele seja responsável, de fato, por determinados setores da Engenharia. E, claro, isso representa um risco para esses mesmos profissionais e para os clientes”, completa Julio. ●

Crea-SP retoma atividades presenciais



O último dia 27 de agosto marcou a retomada das atividades presenciais no Crea-SP. Seguindo os protocolos de segurança, ocorreu a 7ª Reunião de coordenadores de Câmaras Especializadas deste ano. Na ocasião, a vice-presidente no exercício da presidência, engenheira Lenita Secco Brandão, anunciou a retomada das reuniões presenciais com os coordenadores (e seus adjuntos) de Câmaras Especializadas, Comissões e Grupos Técnicos de Trabalho (GTTs) a partir de 1º de setembro. O calendário das reuniões será mantido e divulgado oportunamente a todos os representantes. ●

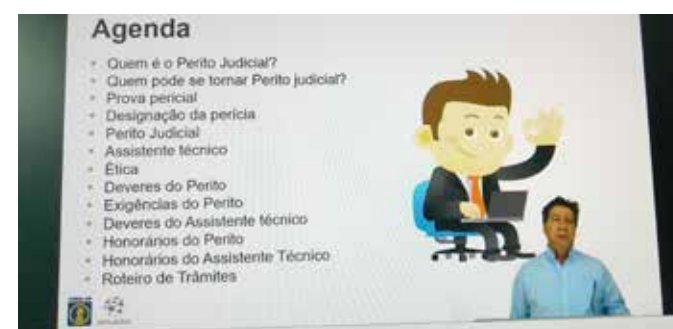
Dois dias de palestra técnica sobre proteção contra descarga atmosférica



Nos dias 29 e 30 de julho, a AEA-Itu, com apoio do Crea-SP, promoveu a palestra técnica gratuita *Projetando SPDA* (NBR 5419 – Sistema de Proteção contra Descarga Atmosférica).

Ministraram a palestra os engenheiros Thiago Raimundo e Adriano de Camargo. ●

Tema Perícia Judicial une 5 associações em evento online



As associações representativas de Pindamonhangaba, Cruzeiro, Indaiatuba e Guaratinguetá, juntamente com a AEA-Itu, realizaram o curso online sobre *Perícia Judicial* para o setor.

Ministrada pelo engenheiro José Geraldo Rodrigues Salgado, o curso apresentou, em detalhes, quais são as

funções de um perito judicial, questões éticas envolvidas na prática da profissão e, sobretudo, a importância desse profissional para a segurança tanto de quem executa, quanto de quem contrata serviços de Engenharia.

O curso foi realizado no dia 3 de setembro, com apoio do Crea-SP, e contou com emissão de certificado aos participantes. ●

Urbanismo

Distrito Industrial: mudança no cenário urbano de Itu?



Vocação turística, cidade-dormitório, predeterminada a ser bucólica e histórica. Tais máximas, muitas vezes associadas a Itu, podem estar sendo revistas — afinal, a exemplo de outras cidades vizinhas, como Salto, Indaiatuba e Cabreúva, Itu também vem resgatando, gradualmente, seu potencial para indústria e pólo econômico atrativo de investimentos.

Se, de um lado, há empresários interessados em investir na cidade — inclusive, empresários ituanos, cujo capital já está na cidade —, de outro é inegável que a chegada de indústrias e empreendimentos também tende a mudar a configuração urbana, demandando não somente novos investimentos em infraestrutura

por parte do poder público, como também remodelando os espaços de convívio para absorver nova mão de obra e migração.

Ao mesmo tempo em que o tão aguardado Distrito Industrial do Pirapitingui seria uma resposta ao gargalo de desenvolvimento industrial da cidade, Itu assiste, gradualmente, ao surgimento de outra tendência: a criação de pequenos condomínios industriais.

“O conceito tradicional de distrito industrial, durante muitos anos, foi a forma adotada por municípios atraírem empresas. Em cidades com grande disponibilidade de terrenos propícios para esse fim, ainda é válido consi-

derar essa modalidade. Se por um lado a fixação de indústrias em um único local tem as suas vantagens já conhecidas, há diversas questões quem vêm sendo repensadas. A locomoção e a mobilidade urbana, por exemplo, estão entre esses pontos a serem reconsiderados”, avalia Plínio Bernardi Junior, secretário de Planejamento de Itu.

O planejamento urbano segue na tendência de se construir locais para indústrias que sejam mais agradáveis e distribuídos em regiões distintas, saindo daquele modelo representado por cidades como Cubatão. “Podemos enxergar o crescimento dessa tendência de condomínios industriais que respeitam o meio ambiente e se har-

monizam à paisagem urbana. Além dessa mudança gradual na maneira em que as empresas ocupam o espaço urbano, vivenciamos um momento em que as regras enrijeceram, obrigando um posicionamento mais consciente diante do uso dos recursos naturais e emissão de poluentes”, salienta.

Segundo ele, apesar de existir uma demanda por grandes estruturas para instalações industriais de porte, as mudanças no ecossistema de produção e inteligência administrativa, como o conceito de indústria 4.0, vem otimizando o uso de espaço, a integração com o ambiente urbano e o deslocamento de mão de obra — e, claro, exige qualificação à altura para tal.

“Isso reflete diretamente no incentivo à melhoria da educação, já que as contratações estão atreladas às especializações e graduações já a partir da linha de produção. Em Itu, o Poder Público municipal realizou parcerias com instituições de ensino para participar dessa realidade”, frisa. “Na visão estritamente econômica, o setor industrial não tem a mesma representatividade no volume numérico da geração de empregos como em outras épocas. Por isso, é importante o desenvolvimento paralelo dos setores

de comércio e serviços que, proporcionalmente, precisam de menos investimento para a criação de novos postos de trabalho.”

Distrito

A área destinada à construção do Distrito Industrial ituano se estende às margens de todas as principais rodovias que cortam a cidade como a SP-75, SP-79, Castelo Branco e a Marechal Rondon. Frente a isso, o município de Itu é a bola da vez na logística, que é o grande ramo do futuro.

Enquanto o município não recebe aval da Justiça para liberar a área (uma tramitação que data desde 2012) a atração de empresas instaladas dentro do novo conceito de condomínios industriais prossegue.

“Itu conta hoje também com uma Lei de Incentivos Fiscais mais flexível e moderna que já está beneficiando empresários e vem atraindo novos investidores, principalmente, aqueles ligados à indústria de transformação. Um importante indicador disso foi a valorização de imóveis residenciais em condomínios, procurados por empresários durante a pandemia, que optaram pela qualidade de vida de uma cidade do interior que está preparada para receber as suas empresas”, diz Plínio. ●

Urbanismo

Urbanismo e história: o centro de Itu de “cara nova”



O chamado Centro Histórico de Itu está com nova “cara” desde julho — o que impacta obrigatoriamente no projeto urbanístico e de engenharia de tráfego da cidade. A Rua Floriano Peixoto, tradicional e antiga rua de comércio e bancos da cidade, ganhou a configuração de boulevard — possivelmente, um estudo preliminar para a implantação de um calçadão na região, fechando totalmente a vida para o trânsito de veículos.

Revitalização e mobilidade urbana

Segundo a Secretaria Municipal de Obras, o objetivo do boulevard é expandir o projeto de revitalização do centro histórico da cidade, que completou 410 anos em 2020. O primeiro passo teria sido a Lei de

Fachadas, e, agora, o foco é alçar voos maiores.

“Buscamos cumprir à risca as determinações da Resolução 85 do Condephaat que dita as regras para área tombada, para revitalizar um centro de tamanha importância histórica e cultural, incentivando o turismo, o comércio e a proteção aos bens tombados. O processo da Lei das Fachadas durou dois anos, mas fez renascer os prédios tombados e a paisagem do centro. Depois disso, houve a adequação estrutural da Rua Floriano Peixoto, com troca da tubulação de água e esgoto e, ainda, o recapeamento. Por fim, a implantação do boulevard, baseada no conceito de rua compartilhada, foi muito bem recebida pelos órgãos de preservação, Conde-

phatt e Iphan”, destaca Ana Paula Quinteiro Capelli, diretora da Secretaria Municipal de Obras de Itu.

A mudança impacta não somente na estrutura física da rua central, mas, também, na percepção do espaço, segundo a diretora. “A partir do momento que são criadas paradas para descanso e contemplação e um espaço que favorece o caminhar, automaticamente a maneira de olhar, se apropriar, conviver dos usuários do local também muda e a recuperação e valorização do ambiente acontece naturalmente”, diz.

Sobre a mobilidade urbana, assunto fundamental em qualquer projeto urbanístico moderno, Ana Paula salienta: “Com o projeto, a mobilidade urbana passa a ser prioridade, tanto de pedestres como de veículos, uma vez que cada um passa a ter seu espaço sem que um interfira no outro. Todos esses objetivos do projeto já foram alcançados, pois

já podemos ver as pessoas se apropriando do espaço, aproveitando as áreas de descanso, caminhando pelo comércio apreciando a paisagem urbana tombada, e é isso que promove a revitalização de um local histórico, que por muito tempo foi abandonado e já estava num processo intenso de deterioração.”

Estrutura

O atual boulevard abrange cinco quarteirões — da esquina do correio na Praça da Independência até o cruzamento da Rua Floriano Peixoto com a Rua Barão do Rio Branco. Tirar o projeto do papel também abriu espaço para desafios — o primeiro deles, a ampliação das calçadas. “Isso, sem interferir no trânsito, uma vez que o conceito de calçadão estava muito distante dos objetivos, por isso a opção pela rua compartilhada”, diz Ana Paula.

Outro desafio foi o local para estacionamento dos veículos, o que foi resolvi-

do com novas regras para parar nas áreas próximas ao boulevard.

“Mas o maior desafio foi, sem dúvida, criar espaços que atraíssem as pessoas para contemplar a paisagem tombada, espaços que fossem realmente usados e não fossem abandonados. Todos esses desafios foram vencidos e, hoje, já se tem a certeza que o projeto cumpriu seus objetivos, uma vez que as pessoas já se apropriaram do local, já o utilizam da maneira como foi pensado e o comércio já está sentindo os resultados do incentivo ao caminhar”, completa.

Novo urbanismo

De acordo com Ana Paula, os conceitos do novo urbanismo foram pensados no projeto do atual boulevard, aliando o caminhar, o contemplar e o preservar, sem comprometer o trânsito de veículos, garantindo todo tipo de mobilidade urbana e a segurança do trecho. ●

Urbanismo

Rotatórias da Av. Galileu Bicudo: projeto de Engenharia de Tráfego para melhorar segurança e acesso



Rua Santana: quarteirão inutilizado

Há dois pontos importantes da Avenida Galileu Bicudo que podem ser melhorados, de acordo com o projeto inicial. Na atual configuração, a avenida possui apenas duas rotatórias: uma na altura da Cidade das Crianças (que possui grande volume de tráfego e, portanto, problemas de deslocamento) e na altura da Rua Padre Bartolomeu Dias Tadei. Ambas estão subdimensionadas, uma vez que a Av. Galileu é um importante eixo de acesso para pontos extremos da cidade.

Começando pela rotatória que dá acesso à Rua Padre Bartolomeu, que possui um erro de projeto. Atualmente, a configuração do trânsito em Itu está dividida em dois eixos históricos e outro com dois sistemas de configuração binária (ou seja, ruas de sentidos intercalados que permeiam esse eixo histó-

rico, um para o lado leste, e outro oeste).

No lado oeste da cidade, que implica diretamente na análise do tráfego e acessos da Av. Galileu, sentido sul, temos (dentro da configuração binária) a Rua dos Andradas, Joaquim Borges e Av. Tiradentes; no sentido norte, temos a R. do Patrocínio e Madre Maria Basília. Posteriormente, no sentido sul novamente, a tradicional Rua Santana.

O projeto atual não contempla a entrada para a Rua Santana, de modo que ela percorre sentido sul de modo quase integral — somente no último quarteirão ela se torna contramão, o que obriga o trânsito a se direcionar à rotatória, causando problemas de deslocamento. Para quem vem da Praça Gaspar Ricardo no sentido Cidade da Criança, todavia, não há acesso para a Rua Santana.



Rotatória da Cidade das Crianças

“Vale destacar que a Rua Santana é o mais importante canal de acesso à rua Sorocaba que, por sua vez, é a maior via de acesso no sentido leste-oeste da cidade”, salienta José Quirino Arruda, da JQ Arquitetura e Urbanismo. “Em vez de retirar o trânsito da rotatória, você está sobrecarregando o tráfego naquela região. Existe um projeto, realizado juntamente com o projetista Antonio Chris-

tian Gomes, da Secretaria de Planejamento, que, se implantado, poderia resolver esse problema.”

Segundo esse projeto, o acesso à Rua Santana seria retomado, eliminando o quarteirão que, hoje, se encontra em contramão. “É basicamente a questão de sinalização e algumas adaptações para que a Rua Santana fosse acessada desde seu início. Em ne-

nhum trecho da Galileu é possível entrar na Rua Santana. Há várias ruas importantes que cruzam a avenida, porém, sem acesso à esquerda”, diz Quirino.

Cidade da Criança

Ponto nevrálgico da Galileu Bicudo, a rotatória está subdimensionada, jogando todo tráfego em um único local: a rua José Egídio da Fonseca para quem deseja acessar a região

Notícias

Licenciamento Ambiental é tema de mais um curso online



Lombofaixa

central. O ponto, que já foi origem de acidentes e engarrafamentos, precisa, segundo Quirino, ser revisto.

“A Irmã Maria Clemente da Divina Providência, que sai da altura da Unimed e desce sentido Jardim Faculdade, poderia ajudar a escoar melhor esse tráfego, inclusive com acesso à Av. Galileu Bicudo. Nesse caso, todos os veículos que seguissem sentido Rua Sorocaba ou Praça Gaspar Ricardo, poderiam descer pela Irmã Maria Clemente e só usaria a José Egídio quem realmente fosse no sentido sul, aliviando bastante o tráfego na rotatória”, aponta.

A lombofaixa, localizada na altura da Cidade das Crianças, também precisa

ser revista. “Ela foi feita apenas em um lado da via, ou seja, é mais uma lombada, porque não dá acesso ao outro lado da avenida, para pedestres que vão para o Jardim Faculdade”, diz. “Isso, além de controlar a velocidade dos veículos que seguem em ambos os lados, aumentando a segurança de todos que trafegam pela avenida, sejam carros, ciclistas ou pedestres.”

Segundo Zé Quirino, ambas as obras citadas são de baixo custo e não demandam grandes gastos. “O correto é sempre retirar tráfego da rotatória. E esse é o objetivo dessas duas abordagens, feitas neste artigo”, conclui. ●

“Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” Constituição Federal do Brasil.

Em uma época em que o meio ambiente volta a ocupar espaço de destaque nos jornais devido às queimadas, a **AEA-Itu** promoveu, no dia 24 de setembro, o curso sobre Licenciamento Ambiental. Ministrado pela Eng. Maria Judith Schmidt, o curso trouxe ao debate esse importante tópico, que gira em torno do principal instrumento para controle das atividades que possuem algum impacto ao meio ambien-

te implementado em 1981 pela Política Nacional do Meio Ambiente.

Outro ponto singular é a inclusão da avaliação de impactos ambientais (por meio do estudo de impacto ambiental ou de outros tipos de estudos menos exigentes) dentro deste processo.

Atualmente, as licenças ambientais abrangem:

Licença Prévia (LP) — Deve ser obtida enquanto se projeta a atividade. Esta licença certifica que o empreendimento é viável ambientalmente, avaliando sua localização e proposta. Quando se trata de empreendimentos de maior impacto ambiental, é necessária a realização do estudo de impacto ambiental.

Licença de Instalação (LI) — Deve ser obtida antes da construção do empreendimento, certificando que o projeto finalizado está de acordo com a legislação ambiental. Autoriza a construção do empreendimento.

Licença de Operação (LO) — Certifica que o empreendimento foi construído de acordo com o previsto no projeto, sob o ponto de vista ambiental. Autoriza que a atividade se inicie.

Licença de Pesquisa Sísmica (LPS) — Autoriza pesquisas sísmicas marítimas e em zonas de transição e estabelece condições, restrições e medidas de controle ambiental que devem ser seguidas pelo empreendedor para realizar essas atividades. ●



Preenchimento da ART

Segue uma orientação muito importante para profissionais! Agora, todas as vezes que você prestar qualquer serviço nas áreas de engenharia e agronomia, ao preencher a **ART – Anotação de Responsabilidade Técnica**, não deixe de colocar no campo 31 o código da AEAITU: **026**.

Desta forma, você contribuirá com nossa associação nas atividades de aperfeiçoamento do exercício profissional, entre elas, palestras, curso, seminários e oficinas.

Em caso de dúvidas, consulte nossa associação: **(11) 4024-5033** ●

AEA-ITU

Trinta e cinco anos
de serviços de
utilidade pública
na região!

Notícias

Combate a irregularidades online

Crea-SP intensifica combate online à comercialização ilegal de serviços



Com um trabalho intensivo, realizado virtualmente por 20 agentes de sua equipe de fiscalização, em apenas três semanas o Crea-SP identificou mais de 580 irregularidades em anúncios que ofereciam serviços de engenharia (e de outras atividades da área tecnológica) na Internet.

Prevista para ser realizada periodicamente, a força tarefa virtual encerrou sua primeira fase no último dia 30 e, de acordo com a Superintendente de Fiscalização do Conselho paulista, Engenheira Maria Edith dos Santos, trouxe resultados surpreendentes.

“O que deveria ser uma ação para identificar profissionais que divulgam serviços com indícios de venda de ART em mídias digitais, acabou por se tornar uma apuração rigorosa e minuciosa, diante de tantas irregularidades encontradas, um terreno fértil para o aumento de ações ilegais de toda natureza”, alerta Maria Edith.

A varredura foi feita em todas as formas possíveis de prática de e-commerce, desde os anúncios publi-

cados nos sites das companhias de soluções de comércio eletrônico, passando pelas redes sociais diversas, até os mecanismos de busca disponíveis na Internet.

O indício de venda ilegal de Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) encabeça a lista de irregularidades, respondendo por quase 39% do total de anúncios identificados, seguida bem de perto pela venda de diplomas falsos, com mais de 36% dos casos. Outras ocorrências envolvem vendas de carteiras do Conselho, ofertas de emprego com valores abaixo do salário mínimo profissional previsto na Lei nº 4.950-A, venda de carteiras funcionais, venda de projetos e utilização não autorizada da logomarca do Conselho em supostas parcerias para comercialização de assistência médica e outros serviços.

Tão logo concluiu a identificação desses anúncios irregulares nesta fase da força tarefa virtual, o Crea-SP já iniciou a apuração dos casos em duas frentes: o encaminhamento à área jurídica do Conselho dos casos que sugerem

práticas criminosas para denúncia à Polícia Federal e as aberturas de processos para encaminhamento às Câmaras Especializadas e à Comissão de Ética para julgamento dos casos de má conduta profissional.

Com iniciativas regulares desse tipo, o Crea-SP pretende pôr fim à comercialização ilegal desses serviços, tirar do mercado aqueles que estiverem cometendo irregularidades, e, acima de tudo, garantir a segurança da população. “Assim como acontece com as atividades oferecidas de modo tradicional, é importante que o mercado online também seja ocupado por quem é habilitado para tal, trabalha com ética e responsabilidade, e, portanto, oferece um serviço com garantia de qualidade”, ressalta a engenheira.

As denúncias são grandes aliadas no trabalho que o Crea-SP vem realizando para aumentar a segurança dos usuários de serviços de engenharia. “Se você, profissional ou usuário, perceber algum anúncio que dê indício de venda de ART ou outros serviços, denuncie para que o Crea-SP possa coibir e acabar com esse tipo de prática”, finaliza Maria Edith.

Para efetuar denúncias, utilize os seguintes canais do Crea-SP:

- App Crea-SP no seu smartphone;
- Site / Fale Conosco;
- Telefone **0800 171811**. ●

Livro de ordem: o controle necessário

A Resolução nº 1.089, de 21 de agosto de 2009, do Confea, volta a vigorar com todas as disposições exigidas pela Resolução nº 1.024, que dispõe sobre a obrigatoriedade de adoção do Livro de Ordem em obras e serviços de Engenharia e Agronomia. A justificativa para a reedição de tal norma possui com entendimento que a crescente complexidade dos empreendimentos impõe a adoção de novos mecanismos que propiciem o acompanhamento e controle da participação efetiva dos profissionais nas obras e serviços pelos quais são responsáveis técnicos, de modo que seja possível a mensuração dessa participação. Documentos similares já em uso pelas empresas privadas, órgãos públicos ou autônomos, com denominações diferentes (Boletim Diário, Livros de Ocorrências Diárias de Obras, Cadernetas de Obras etc.), poderão ser admitidos como livro de Ordem, desde que atendam às exigências da Resolução nº 1.024 do Confea, conforme consenso já mencionado pelos Tribunais de Contas.

Lembrando que a falta de registro de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART em empreendimentos ensejará a notificação por exercício ilegal da profissão, se não houver a presença de profissional legalmente registrado no Sistema Confea/Crea. A Resolução nº 1.025, artigo 25 Inciso III, também esclarece que, se for verificado que o profissional emprestou seu nome a pessoas físicas ou jurídicas sem sua real participação nas atividades técnicas descritas nesta ART, esta pode ser considerada nula.

O Livro de Ordem poderá constatar a ausência do profissional e de instruções a respeito do serviço ou empreendimento para o qual aquele foi contratado, podendo caracterizar o empréstimo de seu nome sem sua real participação.

A adoção do Livro de Ordem, portanto, passa a ser obrigatória em obras e serviços de Engenharia e, com sua implantação, esse dispositivo pode apontar infrações tanto de profissionais que elaboram os projetos como daqueles que executam as obras, fornecendo, assim, base para sua responsabilização, nos casos de eventuais erros detectados em quaisquer das etapas do empreendimento. ●